

# DESENVOLVIMENTO, ESTRATÉGIA E POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA BRASILEIRA: DA UNASUL À OTAN

DEVELOPMENT, STRATEGY AND BRAZILIAN NATIONAL DEFENSE POLICY: FROM UNASUR TO NATO

André Gomes Conceição

Ministério da Defesa e Prefeitura, Rio de Janeiro, Brasil

andregomesdaconceicao@gmail.com | orcid.org/0000-0003-4751-6840

## Resumo

O objetivo geral deste trabalho é analisar a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa brasileiras construídas no governo de Jair Bolsonaro, o qual tem como característica a grande participação de militares da ativa e da reserva nos mais altos escalões. Desse modo, foram definidos dois objetivos específicos. Em primeiro lugar, procurou-se analisar, à luz dos conceitos de Estado e de bloco no poder, contidos na obra de Nicos Poulantzas, o contexto político brasileiro e a produção dos principais documentos publicados pelo Estado brasileiro na última década, tais como: a Política Nacional de Defesa (PND); a Estratégia Nacional de Defesa (END); o Livro Branco de Defesa Nacional; e decretos e projetos de lei correlatos. Em segundo lugar, objetivou-se investigar a produção acadêmica recente de oficiais superiores do Exército Brasileiro nos cursos de pós-graduação da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME) sobre PND e END, com ênfase na designação do Brasil como aliado militar extra - OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), obtida em 2019. Verificou-se que houve significativa mudança nos objetivos principais da PND e da END e, também, dos parceiros prioritários após a instalação do atual governo.

**Palavras-chave:** Governo Bolsonaro; partido militar; Exército Brasileiro; política nacional de defesa, OTAN.

DEVELOPMENT, STRATEGY AND NATIONAL POLICY FOR BRAZILIAN DEFENSE: FROM UNASUR TO NATO

## Abstract

The general objective of this work is to analyze the Brazilian National Defense Policy and the National Defense Strategy built in the government of Jair Bolsonaro, which is characterized by the large participation of active and reserve military at the highest levels. Thus, two specific objectives were defined. Firstly, we tried to analyze, in the light of the concepts of State and power bloc, contained in the work of Nicos Poulantzas, the Brazilian political context and the production of the main documents published by the Brazilian State in the last decade, such as: the National Policy of Defense (NPD); the National Defense Strategy (NDS); the White Paper on National Defense; and related decrees and bills. Second, the aim was to investigate the recent academic production of senior officers of the Brazilian Army in the postgraduate courses of the Escola de Comando e Estado- Maior do Exército (ECEME)

A R T I G O

Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição - Não comercial - Compartilhar igual 4.0 Internacional.



on PND and END, with emphasis on the designation of Brazil as an ally. extra military - NATO (North Atlantic Treaty Organization), obtained in 2019. It was found that there was a significant change in the main objectives of the PND and END and also of the priority partners after the installation of the current government.

**Keywords:** Bolsonaro government; military party; Brazilian army; national defense policy, NATO

DESARROLLO, ESTRATEGIA Y POLÍTICA NACIONAL DE DEFENSA BRASILEÑA: DE LA UNASUR A LA OTAN

### Resumen

El objetivo general de este trabajo es analizar la Política de Defensa Nacional brasileña y la Estrategia de Defensa Nacional construida en el gobierno de Jair Bolsonaro, que se caracteriza por la gran participación de militares activos y de reserva en los más altos niveles. Así, se definieron dos objetivos específicos. En primer lugar, tratamos de analizar, a la luz de los conceptos de Estado y bloque de poder, contenidos en la obra de Nicos Poulantzas, el contexto político brasileño y la producción de los principales documentos publicados por el Estado brasileño en la última década como: la Política Nacional de Defensa (PND); la Estrategia de Defensa Nacional (END); el Libro Blanco de la Defensa Nacional; y decretos y proyectos de ley relacionados. En segundo lugar, el objetivo fue investigar la producción académica reciente de los oficiales superiores del Ejército Brasileño en los cursos de posgrado de la Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) sobre PND y END, con énfasis en la designación de Brasil como aliado extramilitar - OTAN (Organización del Tratado del Atlántico Norte), obtenido en 2019. Se constató que hubo un cambio significativo en los principales objetivos del PND y END y también de los socios prioritarios tras la instalación del actual Gobierno.

**Palabras clave:** gobierno de Bolsonaro; partido militar; Ejército brasileño; política de defensa nacional, OTAN.

### Introdução

Neste texto, analisa-se a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END) brasileiras construídas no governo de extrema direita de Jair Bolsonaro, eleito em 2018.

A análise proposta procurará entender os aspectos ideológicos, econômicos e hegemônicos, inevitavelmente interseccionados, que conduzem o governo estudado.

Importante salientar que uma característica marcante do governo de Jair Bolsonaro é a participação de milhares de militares, da ativa e da reserva, em todos os escalões do Poder Executivo.

Brasília, meados de 2020. Entre os 17 generais-de-exército da 304ª RACE [Reunião do Alto Comando do Exército] em 2016, todos hoje na reserva, há um

vice-presidente, quatro ministros de estado, um ministro do Superior Tribunal Militar, um embaixador, três presidentes de empresas estatais, um presidente de fundo de pensão estatal, um secretário de segurança pública, três secretários-executivos ou similares e somente dois que não exercem funções de características políticas (SOUZA, 2021, p. 126)

Desse modo, receberá destaque a participação dos militares na construção das políticas do governo Bolsonaro e, por isso, será realizada breve contextualização desse segmento na sociedade e da sua própria história.

Verifica-se que “o recrutamento de oficiais do Exército pode ser considerado ainda mais endógeno nos dias de hoje em que a pesquisa apontou que 45% dos oficiais são filhos de militares” (MIRANDA, 2018, p. 62).

Aprofunda ainda mais essa cultura hereditária da oficialidade do Exército Brasileiro caso se analisem aqueles que chegam ao Alto Comando: não basta ser filho de militar, mas a herança política do sobrenome é fundamental para se chegar ao generalato.

Ao se estudar a genealogia dos generais que ocupam os primeiros escalões do governo Bolsonaro, dentre eles o Vice-presidente da República, os ministros de Estado, e os comandantes das FFAA, concluiu-se que:

Dos dezessete oficiais generais analisados – doze são filhos de oficiais das Forças Armadas ou de Segurança, o que corresponde a 70%. Ninguém chega a ser general sem fortes capitais sociais, políticos e familiares, muitos apontam a promoção como o coroamento endógeno da casta militar em suas vantagens e privilégios. Há transmissão e reprodução social e política de boa parte das mentalidades, do ethos corporativo e profissional (OLIVEIRA, 2021, p. 205).

Ainda em relação à hereditariedade e à família militar, percebe-se que:

Um conjunto expressivo de *habitus* de classe, visões de mundo, ideologias e cultura política são transmitidos pelas famílias, instituições escolares e profissionais. A escolarização em colégios militares, escolas, academias, instituições específicas, pode promover certa concentração e isolamento em alguns valores e perspectivas (OLIVEIRA, 2021, p. 206).

Obviamente, essa hereditariedade não é exclusividade da casta militar, pois poderia ser verificada em diversas instituições estatais. Ainda assim, é importante para que se entendam os militares como indivíduos pertencentes a um grupo, e que se relacionam há décadas sob certo isolamento. Isso posto,

como quaisquer outros segmentos do *pessoal do Estado* (POULANTZAS, 2015), os militares estão inseridos num contexto ideológico.

Dessa maneira, foi considerada como referência a interpretação de ideologia de Nicos Poulantzas:

A ideologia está a tal ponto presente em todas as atividades dos agentes, que é indiscernível de sua *experiência vivida*. Nessa medida, as ideologias fixam em um universo relativamente coerente não simplesmente uma relação real, mas também uma *relação imaginária*. Isso quer dizer que as ideologias se referem, em última análise, ao vivido humano, sem por isso serem reduzidas a uma problemática do sujeito-consciência. Esse imaginário social, com função prático-social real, não é absolutamente redutível à problemática da alienação, à falsa consciência (POULANTZAS, 2019, p. 210).

Destarte, procurar entender as políticas produzidas pelos militares no poder, especialmente os que ocupam o governo e o Alto Comando das FFAA, exige a compreensão mínima desse grupo, que age conscientemente a partir da sua leitura de mundo e dos seus interesses.

Esse grupo, atualmente, é hegemônico pelo que foi denominado por alguns pesquisadores como partido militar, de tal modo que:

O “partido militar” que baliza o fenômeno da politização dos militares apresenta praticamente os mesmos elementos de um partido político tradicional: memória histórica e vocação institucional; base ideológica; pautas de interesse coletivo e corporativo específico; direção “partidária” encarregada da distribuição de poder; controle do governo em direção, sentido e intensidade; quadros “partidários” – formação de lideranças; e base eleitoral e militante (SOUZA, 2021, p. 128)

Portanto, no partido militar, “é pelo controle de dissidências, ou assim consideradas, que a cúpula “partidária” depura seu núcleo ideológico e o fortalece como linha condutora de pensamento e ação de seus “filiados”” (SOUZA, 2021, p. 130).

As orientações político/ideológicas dessa cúpula partidária estão presentes não só no atual Alto Comando das FFAA ou no governo Bolsonaro. É possível identificá-las em diversas instituições estatais e privadas ao longo das últimas décadas.

No mesmo ano da promulgação da Constituição de 1988, por exemplo, foi concluído o Orvil<sup>1</sup>, um livro de aproximadamente 1.000 páginas, elaborado a partir de arquivos militares produzidos por dezenas de oficiais das FFAA. À época, havia interesse do Centro de Inteligência do Exército na sua publicação, mas o cenário político, que avaliava o então ministro do Exército, não era favorável. Do Orvil derivaram livros com a *“A verdade sufocada”*, do coronel Carlos Brilhante Ustra, reconhecido pelo Estado brasileiro como torturador durante a ditadura militar brasileira, e *“A grande mentira”*, do general Augusto Del Nero. Ambos comandaram com destaque o serviço de informação do Exército.

Também foram criados grupos políticos, compostos por militares e civis, como o Terrorismo Nunca Mais (Ternuma), do qual Jair Bolsonaro se aproximou. Os membros do Ternuma se declaravam “um punhado de democratas civis e militares inconformados com a omissão das autoridades legais e indignados com a desfaçatez dos esquerdistas revanchistas” (GODOY, 2021, p. 58). No início dos anos 2.000, essa militância se ampliou por meio de publicações, sites, veículos de imprensa, tais como o Jornal Inconfidência<sup>2</sup> etc.

---

<sup>1</sup> Disponível no endereço eletrônico [https://www.averdadesufocada.com/images/orvil/orvil\\_completo.pdf](https://www.averdadesufocada.com/images/orvil/orvil_completo.pdf). Última consulta em 01 de março de 2022.

<sup>2</sup> “Seu jornal é uma minúscula empresa, dirigida por meia dúzia de oficiais da reserva do Exército e da Aeronáutica[...], alguns deles se apresentam episodicamente a cargos eletivos [...], sem conseguir a eleição. Este fenômeno [...] reaparece em 2014, quando se multiplicam, por todo o país, as candidaturas militares. [...] Embora pequeno, esse mundo social não é isolado. Ele se integrou nos anos 1990 e 2000 em múltiplas redes. Primeiramente, na boa sociedade mineira: sedes dos Lions Clube e Rotary Club recebem regularmente, em alternância com o Círculo Militar de Belo Horizonte e de São Paulo e o Clube Militar do Rio de Janeiro, [...] aos quais comparecem habitualmente muitas centenas de pessoas, inclusive empresários e personalidades políticas. Barões locais (Murilo Badaró), personagens históricas do regime militar (Jarbas Passarinho) e jornalistas conservadores têm sua crônica no jornal. [...] A direção do JI frequenta também os sucessivos comandantes da 4 a Região Militar e comparece a muitas passagens de comando e eventos comemorativos. [...] O JI se insere fortemente [em] outros grupos da extrema direita na reserva: em quase todo número, o jornal abre suas colunas a militantes do Terrorismo Nunca Mais (Ternuma) e publica regularmente declarações conjuntas com outras organizações similares (Grupo Independente 31 de Março -RJ, Grupo Guararapes -CE, Estácio de Sá - RJ, etc). Nelas há numerosos ex-agentes do aparelho repressivo. [...] É o caso dos coronéis Aluisio Madruga (antigo comandante do DOI-CODI do Distrito Federal e colaborador de Curió na repressão à guerrilha do Araguaia) e Carlos de Souza Scheliga

Assim, “deixava-se a “família militar” para lutar por um projeto novo, a organização de uma rede de oposição às forças políticas compromissadas com a Constituição de 1988 e com a Nova República (GODOY, 2021, p. 59)”.

Nesse sentido, é importante compreender os militares como *pessoal do Estado* e

Muito mais que um corpo de funcionários e de pessoal unitário e cimentado em torno de uma vontade política unívoca, lida-se com feudos, clãs, diferentes facções, em suma com uma multidão de micropolíticas diversificadas. Essas, por coerentes que possam parecer consideradas isoladamente, não são menos contraditórias entre si, consistindo a política do Estado no essencial na resultante de seu entrelaço e não na aplicação – mais ou menos perfeita – de um esboço global de objetivos do Estado (POULANTZAS, 2015, p. 138).

É nesse contexto que se analisam, aqui, as FFAA e o partido militar.

Feitas essas considerações preliminares, será realizada uma análise da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e do Livro Branco de Defesa Nacional assim como, especialmente, da relação pretendida pelo governo Bolsonaro com os Estados Unidos da América e com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

## 1. O Livro Branco de Defesa Nacional

O Livro Branco de Defesa Nacional, criado em 25 de agosto de 2010, por meio da Lei Complementar 136, alterou a Lei Complementar 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Assim, acrescentou-se o seguinte texto:

Art. 9o O Ministro de Estado da Defesa exerce a direção superior das Forças Armadas, assessorado pelo Conselho Militar de Defesa, órgão permanente de assessoramento, pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e pelos demais órgãos, conforme definido em lei.

§ 1o Ao Ministro de Estado da Defesa compete a implantação do Livro Branco de Defesa Nacional, documento de caráter público, por meio do qual se permitirá o acesso ao amplo contexto da Estratégia de Defesa Nacional, em perspectiva de

---

(agente do DOI do I Exército), do general Agnaldo Del Nero (ex-agente do DOI do II Exército e do Centro de Informações do Exército) (CHIRIO, 2021, p. 175).

médio e longo prazos, que viabilize o acompanhamento do orçamento e do planejamento plurianual relativos ao setor.

§ 2o O Livro Branco de Defesa Nacional deverá conter dados estratégicos, orçamentários, institucionais e materiais detalhados sobre as Forças Armadas, abordando os seguintes tópicos:

- I - cenário estratégico para o século XXI;
- II - política nacional de defesa;
- III - estratégia nacional de defesa;
- IV - modernização das Forças Armadas;
- V - racionalização e adaptação das estruturas de defesa;
- VI - suporte econômico da defesa nacional;
- VII - as Forças Armadas: Marinha, Exército e Aeronáutica;
- VIII - operações de paz e ajuda humanitária.

§ 3o O Poder Executivo encaminhará à apreciação do Congresso Nacional, na primeira metade da sessão legislativa ordinária, de 4 (quatro) em 4 (quatro) anos, a partir do ano de 2012, com as devidas atualizações:

- I - a Política de Defesa Nacional;
- II - a Estratégia Nacional de Defesa;
- III - o Livro Branco de Defesa Nacional (BRASIL, 2010)

Na primeira versão do Livro Branco, de 2012, durante o governo Dilma, havia clara orientação para estreitamento das relações com a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), criada em 2008 e sob liderança do governo Lula<sup>3</sup>.

Importante destacar os principais objetivos constantes no Estatuto do Conselho de Defesa Sul-americano da UNASUL:

---

<sup>3</sup> “Dinamizador da UNASUL, Lula se despede do bloco. Cláudia Jardim. BBC. 2010. Disponível em [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/11/101124\\_unasul\\_cj\\_pai](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/11/101124_unasul_cj_pai). Acesso em 04/01/2022.

Artigo 4. O Conselho de Defesa Sul-Americano tem como objetivos gerais os indicados a seguir:

- a) Consolidar a América do Sul como uma zona de paz, base para a estabilidade democrática e o desenvolvimento integral de nossos povos e como contribuição para a paz mundial.
- b) Construir uma identidade sul-americana em matéria de defesa, que leve em conta as características sub-regionais e nacionais e que contribua para o fortalecimento da unidade da América Latina e o Caribe.
- c) Gerar consensos para fortalecer a cooperação regional em matéria de defesa (UNASUL, 2008).

Desse modo, na primeira versão do Livro Branco, em 2012, está escrito que

Ganha relevância, nessa perspectiva, a consolidação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), que se tem revelado um instrumento para a solução pacífica de controvérsias regionais, para a proteção da democracia na América do Sul, para o fortalecimento do diálogo entre os Estados-membros e para a progressiva formação de uma base industrial de defesa sul-americana (BRASIL, 2012, p. 34)

Em agosto de 2012, O chefe da Assessoria de Planejamento Institucional do Ministério da Defesa, general Júlio Amo Júnior, afirmou que o Livro Branco é um *reductor de tensões* e, ainda, que “o Brasil é um País que prima pela cooperação na América do Sul” (BRASIL, 2012).

Cabe salientar que a UNASUL foi criada num momento histórico em que a maior parte dos países da América do Sul tinha, predominantemente, governos progressistas<sup>4</sup>.

Entretanto, o governo Bolsonaro - e seu partido militar, em 2019, empossado há 3 meses, apenas, formalizou a saída do Brasil da UNASUL<sup>5</sup>. Seguiu-se o exemplo de diversos países sul-americanos que saíram da

---

<sup>4</sup> Em 2008, dentre os 12 países da América do Sul, eram presidentes: Lula (Brasil), Hugo Chaves (Venezuela), Cristina Kirchner (Argentina), Fernando Lugo (Paraguai), Tabaré Vázquez (Uruguai), Evo Morales (Bolívia) e Rafael Correa (Equador).

<sup>5</sup> O governo golpista de Michel Temer, apoiado pelo partido militar, decretou a saída temporária do Brasil da UNASUL em 2018.

UNASUL<sup>6</sup>, obviamente, também por razões ideológicas, uma vez que, depois que a direita assumiu o governo da maioria desses países, por meio de golpes de Estado ou não, essa foi a tônica nos últimos anos.

Moto-contínuo, o Livro Branco de Defesa Nacional, atualizado em 2020 pelo governo Bolsonaro, orienta por uma maior aproximação com a Organização dos Estados Americanos (OEA), e, pela primeira vez, cita a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) como elemento importante a ser considerado pela Política Nacional de Defesa.

Será apresentada a seguir a única referência à OTAN no Livro Branco de 2020. Aparentemente, a OTAN aparece apenas como um elemento de análise.

O terrorismo internacional continua ativo em escala mundial e deve permanecer assim nos próximos anos, fazendo com que os Estados Unidos da América e a Organização do Tratado do Atlântico Norte [OTAN] atuem de forma determinada e decisiva contra grupos terroristas e países que os apoiam, de forma direta ou indireta, o que pode deslocar redes terroristas para territórios onde eles ainda não estão presentes (BRASIL, 2020, p. 14).

Seria um acaso essa citação à OTAN, se não existissem fatos promovidos pelo governo Bolsonaro e pelo partido militar, todos diretamente correlacionados. Em 4 de junho de 2019, foi aprovado pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados o Projeto de Resolução Nº 49-A, de 2019, que instituiu o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), de autoria do deputado federal Major Vitor Hugo<sup>7</sup> (PSL-GO).

---

<sup>6</sup> Em abril de 2018, Colômbia, Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Peru, anunciaram sua saída temporária. No dia 10 de agosto de 2018, a Colômbia disse que sairia definitivamente deste organismo; já o Equador saiu no dia 13 de março de 2019, e confirmou sua saída através de uma decisão da Assembleia Nacional em setembro de 2019. Em novembro de 2019, o Ministro das Relações Exteriores da Bolívia iniciou as tratativas para sair do grupo. No dia 10 de março de 2020, o Ministro das Relações Exteriores do Uruguai declarou a saída do Uruguai da UNASUL.

<sup>7</sup> Bacharel em Ciências Militares - Formação de Oficiais de Infantaria, Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, RJ, 1995 - 1998; Curso Básico Páraquedista, Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil, Rio de Janeiro, RJ, 2001 - 2001; Mestrado em Operações Militares - pesquisa em Contraterrorismo, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais - Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, RJ, 2005 - 2006; Ciências Sociais e Jurídicas, Faculdade Nacional de Direito / UFRJ - 4 anos na UFG e 1 na UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, 2007 - 2013; Estágio de Observador Militar, Centro de Instrução de Operações de Paz - Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, RJ, 2008 - 2008; Pós-Graduação Lato Sensu em História Militar, Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2008 - 2009; Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Militar, Universidade Castelo Branco, Rio de Janeiro, RJ, 2009 - 2010;

Interessante revelar a conclusão do voto favorável do relator do projeto citado, deputado Marcos Pereira (PRB/Republicanos/SP)

No tocante ao mérito, é de todo conveniente e oportuna a iniciativa legislativa que vise estreitar as relações entre o legislativo brasileiro e organizações internacionais, para estabelecer um canal capaz de contribuir com o aprofundamento das relações bilaterais, identificando novas áreas de cooperação e aperfeiçoando os mecanismos de possíveis pautas na área militar. Incluir o Poder Legislativo, em estreita cooperação com órgãos do Poder Executivo, no protagonismo dessa relação, é medida que certamente contribuirá para uma futura **inserção do Brasil na OTAN** (BRASIL, 2019, p. 4) [grifo do autor].

Concomitantemente, em 1 de agosto de 2019, conforme noticiou a Agência Brasil, “o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, designou oficialmente o Brasil como aliado militar preferencial do país fora OTAN. O status facilita a **compra de tecnologia militar e armamentos dos EUA**, entre outras vantagens” (BRASIL, 2019) [grifo do autor].

A Base Industrial de Defesa (BID) brasileira deixava, então, de ter a América do Sul como palco preferencial de desenvolvimento para ter os EUA como referência.

Complementarmente, a Estratégia Nacional de Defesa de 2020 aponta como uma das Ações Estratégicas de Defesa (AED) “buscar a destinação de recursos orçamentários e financeiros capazes de atender as necessidades de articulação e equipamento para as Forças Armadas, por meio da Lei Orçamentária Anual, no patamar de **2% do PIB**” (BRASIL, 2020, p. 63) [grifo do autor].

Neste momento, uma necessária digressão deve ser feita. Em 2017, sob o governo golpista de Michel Temer, apesar de apoiado pelo partido militar, foi concebida pelo Ministério da Defesa a Revista Cenário de Defesa. Neste documento, não estava colocado no horizonte qualquer aumento orçamentário para defesa.

---

Maneuver Captains Career Course, Maneuver Center of Excellence - Fort Benning - US Army , 2011 - 2011; Curso de Comando e Estado-Maior, Escola de Comando e Estado-Maior - Eceme - Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, RJ, 2013 - 2014; Curso Superior de Política e Estratégia, Escola Superior de Guerra, Brasília, DF, 2017 - 2017. Disponível em <https://www.camara.leg.br/deputados/179587/biografia>

### Evolução orçamentária do Ministério da Defesa:

Em decorrência do Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que congelaria os gastos até 2037, a insuficiência orçamentária, há muito caracterizada, possivelmente teria continuidade por, pelo menos mais vinte anos, impactando projetos de recuperação de capacidade operacional e modernização.

As demandas reprimidas por décadas, bem como a limitação orçamentária impostas pelo Novo Regime ampliarão a obsolescência e inviabilizarão a configuração das atuais Forças Armadas em padrões de potência militar de médio porte. Como consequência das restrições orçamentárias, haverá necessidade de as Forças Armadas priorizarem atividades e capacidades. (BRASIL, 2017, p. 43)

Apesar desse cenário, o partido militar conseguiu, sob grandes restrições orçamentárias, garantir aumento das receitas para o Ministério da Defesa desde o golpe de Estado de 2016, apesar da Emenda Constitucional 95/2016, que congelou as despesas primárias por vinte anos.

ANO	NORMATIVO	
	Projeto de Lei Orçamentária	Lei Orçamentária Anual
2010	92,85	94,17
2011	90,14	91,90
2012	90,46	92,00
2013	88,73	90,67
2014	91,65	93,07
2015	90,88	94,08
2016	87,60	87,03
2017	97,51	99,08
2018	101,06	102,87
2019	107,03	107,72

Quadro 1: Orçamento da Defesa: dotações orçamentárias (valores constantes – R\$ bilhões). Elaborado pelo autor. Fonte: Livro Branco de Defesa Nacional (BRASIL, 2020, p. 182).

Ainda assim, em 2019, as despesas com defesa correspondiam a aproximadamente 1,48% do PIB (BRASIL, 2020). O inédito percentual de 2% do PIB para a Defesa como ideal não surgiu por acaso. Essa é a meta estabelecida pela OTAN aos seus membros.

O gráfico a seguir demonstra a evolução dos gastos com defesa dos países membros da OTAN nos últimos anos. Importante observar que, entre 2014 e 2021, o número de países membros da OTAN que cumpriram a meta dos 2% do PIB investidos em Defesa aumentou progressivamente.

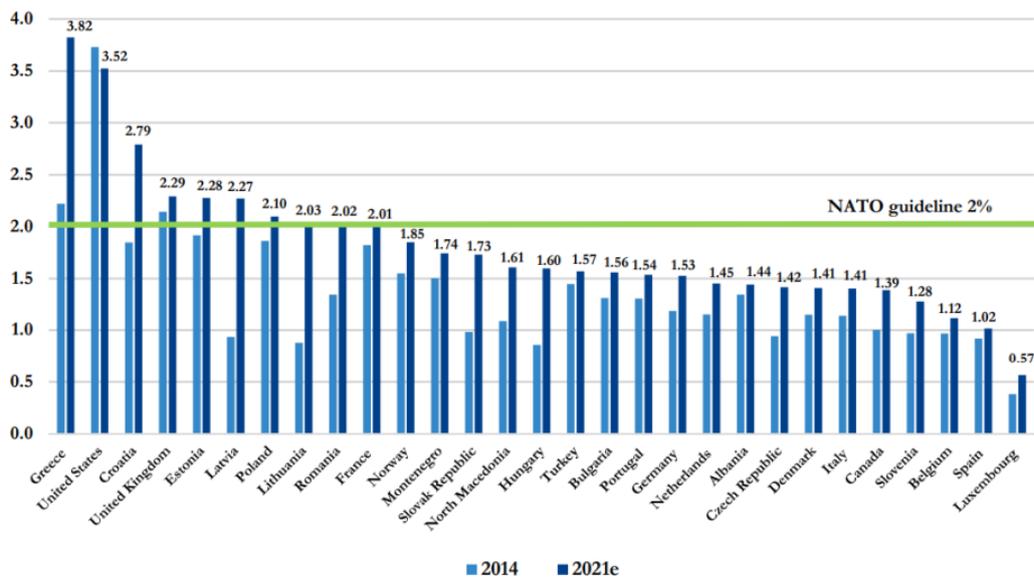


Gráfico 1: OTAN (NATO): Despesas em Defesa em relação ao PIB (%) de 2014 a 2021 (com base nos preços e taxas de câmbio de 2010 e de 2015). Fonte (NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION, 2021).

Sabe-se que a OTAN sempre esteve subordinada aos interesses dos Estados Unidos da América que, historicamente, utilizaram-na para controlar ou estabelecer governos subordinados em países ao redor do mundo.

Os Estados Unidos puseram-se à frente dos acordos de segurança coletiva, usando a Organização das Nações Unidas e, o que é ainda mais relevante, alianças militares como a OTAN [Organização do Tratado do Atlântico Norte] a fim de limitar a possibilidade de guerras intercapitalistas e combater a influência da União Soviética e, mais tarde, da China. Usaram seu poder militar, operações secretas e todo gênero de pressões econômicas para garantir a criação ou a continuidade de governos amigos. Com esse fim, estavam dispostos a apoiar a derrubada de governos democraticamente eleitos e a participar direta ou indiretamente de táticas de liquidação dos que eram tidos como opostos aos interesses norte-americanos. (HARVEY, 2003, p. 51)

[...] os Estados Unidos ainda se apegam à OTAN, [...] dado o fim da Guerra Fria, em parte porque isso mantém o planejamento e o desenvolvimento militar europeus sob o comando norte-americano. Os Estados Unidos apóiam, por exemplo, a idéia de que a Europa desenvolva sua própria força militar de

resposta rápida, mas desde que ela permaneça sob o comando da OTAN (HARVEY, 2003, p. 73).

Obviamente, a indústria bélica estadunidense, hegemônica no hemisfério ocidental, com esse percentual do PIB de cada membro da OTAN investidos em defesa, garante um mercado crescente para os próximos anos, independentemente de haver ou não conflitos armados no período.

Porém, parece que essa análise crítica sobre a OTAN e seu histórico controle sobre territórios no mundo não está contida na linha de pensamento aparentemente dominante do Exército Brasileiro, especialmente na Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME).

Ao pesquisar o estado da arte da produção acadêmica na ECEME sobre o tema, foi verificado que os oficiais formados nessa escola, candidatos ao generalato e, conseqüentemente ao Alto Comando, apoiam claramente a adesão ao acordo com a OTAN e o alinhamento militar imediato aos EUA. É possível, portanto, inferir que o apoio a essa aliança estará presente por bom tempo no Alto Comando das FFAA.

Trabalhos de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Administração Militar (2020).

Coronel Oly Hastenpflug Neto

Título: “O Brasil como aliado prioritário extra-OTAN: oportunidades para a Base Industrial de Defesa?”

Conclusão: “Conclui-se como encerramento deste trabalho e em resposta ao problema formulado inicialmente, que o ineditismo do **status de aliado prioritário extra-OTAN poderá render excelentes oportunidades para o Brasil**. Todavia, cabe ao Governo Brasileiro, ao Ministério da Defesa e às Forças Armadas adotar as medidas necessárias para permitir ao Brasil alcançar um novo patamar de desenvolvimento nacional. Ontem, hoje e no futuro, o nível de conhecimento e desenvolvimento científico-tecnológico será o responsável por diferenciar os países no tabuleiro geopolítico” (NETO, 2020, p. 38) [grifo do autor].

Major Fernando Ferreira Manhães

Título: “Os reflexos da designação do Brasil como Aliado Prioritário Extra-OTAN nas capacidades de defesa do país, em especial no tocante ao Exército Brasileiro”.

Conclusão: “Portanto, constata-se que **a designação de aliado prioritário extra-OTAN traz proveito para a área de defesa nacional**, com implicações em todas as expressões do poder nacional, sendo importante que o Brasil não perca a oportunidade de tirar vantagem dessa parceria e de seguir para novas conquistas no sentido de fortalecer sua área de defesa e suas capacidades” (MANHÃES, 2020, p.

52).
<p>Major Alessandro Dorta Monteiro do Nascimento  Título: “O Brasil como aliado prioritário dos EUA extra-OTAN: uma análise das perspectivas para a Base Industrial de Defesa”  Conclusão: “Outra perspectiva importante observada nessa pesquisa é a elevação e mudança de patamar do Brasil com gastos com defesa que estão inseridos na nova END 2020 no contexto do país como aliado dos EUA extra-OTAN. Essas despesas previstas <b>em 2% do PIB, por intermédio da Lei Orçamentária Anual, que é um percentual exigido pelos EUA como parâmetro aos membros da OTAN</b>, evidencia o atual alinhamento do Brasil aos requisitos de recursos orçamentários dessa Aliança. Isso é um passo significativo para o país tornar-se um parceiro global da OTAN com maior relevância que a Colômbia. Por fim, esse trabalho abordou aspectos que evidenciam <b>a importância da projeção do Brasil no concerto das nações se aliando a maior potência do mundo, os EUA</b>. Assim, <b>proporcionará diante da promoção do interesse nacional, defesa da soberania e inserção internacional, o fomento para a indústria de defesa e segurança robusta para um país de dimensões continentais</b>, cuja projeção no concerto das Nações parece irreversível e refletem o enorme potencial contributivo que a BID pode desempenhar no desenvolvimento do Brasil” (NASCIMENTO, 2020, p. 44).</p>
<p>Projeto de Pesquisa apresentado à Escola de Comando e Estado- Maior do Exército (ECEME), como requisito parcial para qualificação ao título de Mestre (Acadêmico) em Ciências Militares.</p>
<p>Tenente Coronel Gustavo Daniel Coutinho Nascimento  Título: “Os potenciais impactos da designação de Aliado Prioritário Extra-OTAN (major NonNATO Ally-MNNA) para as Operações de Paz do Brasil no Entorno Estratégico brasileiro: uma investigação à luz do caso argentino”.  Conclusão preliminar: “O status MNNA colocam Brasil e Argentina mais próximos da maior potência militar da atualidade, a nação que mais contribui financeiramente com a ONU e, por outro lado, um dos Estados que tem um histórico de ações militares à margem da ONU, como a Guerra ao Terror (a partir de 2001), com intervenções no Afeganistão, Iraque, Líbia, Síria, dentre outras. A escolha do MNNA traz, no seu bojo, algumas possibilidades de parcerias, em especial na qualificação de recursos humanos (RH) e nas <b>facilidades para a aquisição de produtos de defesa (PRODE) que podem significar um legado para o aliado designado</b>” (NASCIMENTO, 2021).</p>

Quadro 2: Trabalhos acadêmicos produzidos na ECEME, em 2020, sobre o status do Brasil de aliado prioritário extra-OTAN. Elaborado pelo autor.

Importante salientar que existem contradições entre a Constituição Federal da República Federativa do Brasil, especialmente no seu Artigo 4º, e o estatuto da OTAN e seu artigo 5º (Tratado de Washington).

Diz a Constituição Brasileira:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional;

II - prevalência dos direitos humanos;

- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações (BRASIL, 1988).

Diz o Artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte:

**Artigo 5.º**

As Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas, e, conseqüentemente, concordam em que, se um tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou colectiva, reconhecido pelo artigo 51.º da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas, praticando sem demora, individualmente e de acordo com as restantes Partes, a acção que considerar necessária, inclusive o emprego da força armada, para restaurar e garantir a segurança na região do Atlântico Norte.

Qualquer ataque armado desta natureza e todas as providências tomadas em consequência desse ataque serão imediatamente comunicados ao Conselho de Segurança. Essas providências terminarão logo que o Conselho de Segurança tiver tomado as medidas necessárias para restaurar e manter a paz e a segurança internacionais (OTAN, 1949).

Abandonar a UNASUL e aderir à OTAN, ainda que como aliado extra, produz uma incompatibilidade gritante com as diretrizes constitucionais nacionais. Enquanto a Constituição brasileira propõe independência nacional, promoção da paz, integração regional e respeito à autodeterminação dos povos, o texto da OTAN estabelece a violência acima de quaisquer aspectos, enquanto um país aliado estiver envolvido em conflito bélico.

Ao aprofundar um pouco mais a questão, verifica-se que, em setembro de 2020, foi elaborada a Nota Técnica Nº 45 pela Instituição Fiscal Independente sobre os aspectos fiscais da Estratégia Nacional de Defesa de 2020 (BRASIL, 2020). A Instituição Fiscal Independente (IFI) foi criada em 2016 pelo Senado Federal e tem como uma das suas finalidades “divulgar suas estimativas de parâmetros e variáveis relevantes para a construção de cenários fiscais e orçamentários” (BRASIL, 2016).

Nessa Norma Técnica, a IFI verificou que, comparativamente aos países da OTAN, o Brasil gasta com pessoal militar 50% acima da média dos membros pertencentes à aliança. Enquanto no Brasil os gastos com pessoal chegam a quase 80%, a média da OTAN está em 55%. Também é possível observar que, dentre os 29 países da Aliança, apenas sete apresentam gasto médio superior a 70% com pessoal. Esse grupo, que eleva a média, na sua maioria absoluta, está na Península Balcânica, palco das guerras promovidas pela OTAN na Europa na transição do século XX para o XXI. A exceção está na Itália, bem próxima da península; na Bélgica, onde se localiza a sede da OTAN; e em Portugal. Todavia, a redução dos gastos com pessoal, ainda que proporcionalmente, frente à meta imposta pelos EUA/OTAN, dos 2% do PIB investidos em defesa, não vem sendo debatida no Brasil pelo partido militar para se chegar aos padrões da aliança.

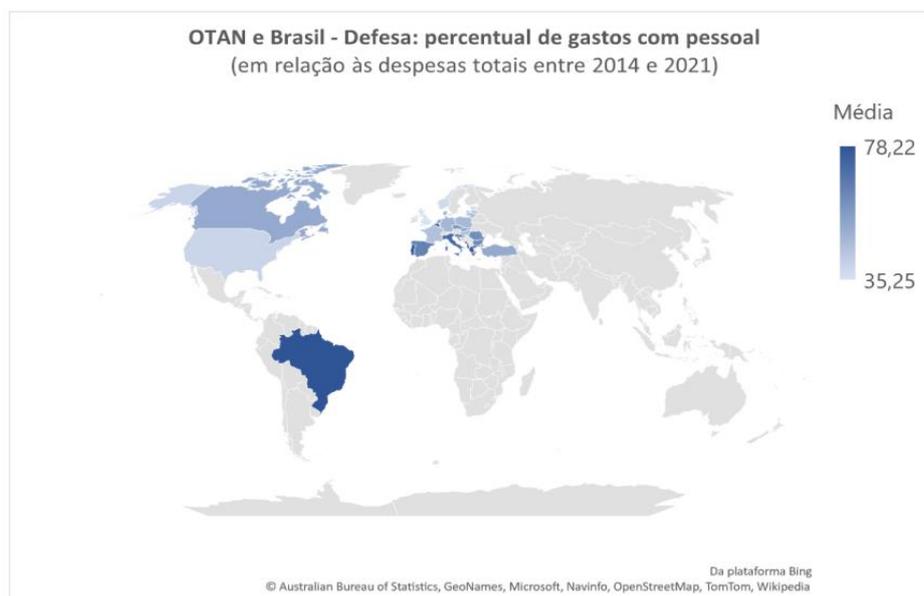
País (nomes em inglês)	2014	2015	2016	2017	2018	2019*	Média
Portugal	81,27	81,9	81,38	80,19	74,84	69,77	78,22
Brazil	77,19	81,83	79,6	79,44	76,72	74,36	78,19
Slovenia	82,31	82,23	76,03	75,04	72,38	68,65	76,10
Greece	77,18	72,05	73,13	76,56	78,76	76,82	75,75
Montenegro	78,53	78,03	75,32	80,44	72,87	64,17	74,89
Belgium	77,84	78,23	76,8	75,2	70,69	68,65	74,56
Croatia	76,55	72,28	75,4	71,72	76,96	72,96	74,31
Italy	76,41	77,55	70,79	67,58	65,66	..	71,59
Albania	68,05	78,15	68,05	68,2	70,7	64,18	69,55

<b>Spain</b>	67,34	65,18	72,61	61,64	59,64	60,8	64,53
<b>Bulgaria</b>	72,84	73,66	65,64	68,33	62,99	28,73	62,03
<b>Romania</b>	71,15	63,3	65,01	54,67	54,48	54,79	60,56
<b>Czech Republic</b>	61,4	55,27	61,97	56,11	54,57	53,16	57,08
<b>Slovak Reupublic</b>	69,14	56,24	58,72	58,21	54,74	40,61	56,27
<b>Canada</b>	50,9	53,76	53,11	57,37	51,02	49,4	52,59
<b>Turkey</b>	56,88	56,82	57,6	51,02	45,18	46,75	52,37
<b>Netherlands</b>	56,5	55,51	51,77	52,19	51,16	45,25	52,06
<b>Denmark</b>	51,27	52,01	49,51	47,01	49,88	48,19	49,64
<b>Germany</b>	50,67	52,01	49,51	47,01	49,88	48,19	49,64
<b>Poland</b>	51,45	41,96	47,15	50,04	46,14	48,47	47,53
<b>France</b>	48,59	47,79	47,94	47,98	46,9	45,78	45,35
<b>Lithuania</b>	57,53	48,49	45,5	40,79	37,47	42,36	45,35
<b>Hungary</b>	49,77	48,21	49,66	42,41	39,98	41,72	45,29
<b>Latvia</b>	52,97	50,06	43,87	38,59	34,21	34,91	42,43
<b>United States</b>	35,45	36,64	45,01	41,22	39,28	38,62	39,37
<b>Luxembourg</b>	49,31	42,77	45,56	34,4	33,42	30,25	39,28
<b>Norway</b>	40,64	39,96	38,6	37,08	36,43	34,23	37,82
<b>Estonia</b>	38,62	39,56	38,7	34,89	34,27	35,47	36,91
<b>United Kingdom</b>	36,59	36,8	35,27	34,54	33,82	34,52	35,25
<b>Médias de países da OTAN no período, excetuando o Brasil</b>							55,89

Quadro 3: Otan - Despesa com Pessoal (% Da Despesa Total Com Defesa). Fonte: (BRASIL, 2020, p. 16). Elaborado pelo autor.

\* Para os países da OTAN, os dados de 2019 são estimativas

O mapa a seguir ilustra bem o percentual que os gastos com pessoal representam no total das despesas com Defesa numa comparação entre os membros da OTAN e o Brasil.



Mapa 1: Elaborado pelo autor. Fontes: OTAN e IFI.

Em continuidade, a aproximação com os EUA, desejada pelo governo Bolsonaro e pelo partido militar, pode ser verificada, também, por intermédio de outros fatos, tais como, de maneira inédita, um general e um brigadeiro brasileiros assumirem o sub comando de Cooperação Regional do Exército do Comando Sul dos EUA. Operações conjuntas, envolvendo FFAA de dois ou mais países, são necessárias e salutares. Coisa bem diferente é um militar brasileiro servir às FFAA de outra nação.

Ainda sobre o absoluto alinhamento com os EUA, o governo Bolsonaro e o partido militar decretaram o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) Brasil/EUA para utilização do Centro Espacial de Alcântara/MA. Neste acordo, está contida a seguinte cláusula:

O Governo da República Federativa do Brasil deverá assegurar que todos os Representantes Brasileiros portem, de maneira visível, crachás de identificação durante a execução de funções relacionadas a Atividades de Lançamento. O **acesso às Áreas Restritas deverá ser controlado pelo Governo dos Estados Unidos da América ou, conforme autorizado na(s) licença(s) de exportação, pelos Licenciados Norte-americanos**, por meio de crachás a serem elaborados, em consulta com o Governo da República Federativa do Brasil, pelo Governo dos Estados Unidos da América, ou por Licenciados Norte-americanos, caso autorizados pelo Governo dos Estados Unidos da América, e que exibam o nome e a fotografia do portador (BRASIL, 2020). [grifos do autor]

Por fim, foi aprovado pelo Congresso Nacional o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América referente a Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação

(Acordo RDT&E) para a área da defesa, assinado em Miami, em 8 de março de 2020.

Uma última digressão oportuna está no exame do documento “Cenários de Defesa – 2040”, que ocupa um lugar entre o anedótico e o oficial. Esse documento compôs as referências bibliográficas de diversos trabalhos acadêmicos para a obtenção de títulos na ECEME, desde cursos de especialização até mestrado, passando por artigos publicados pelo Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEEx)<sup>8</sup>. Depois de sofrer muitas críticas, o documento foi definido pelo Ministério da Defesa (MD) apenas como *cenários prospectivos*, fruto de trabalho acadêmico da Escola Superior de Guerra (ESG), e não como posicionamento do MD<sup>9</sup>.

Ainda assim, o MD assumiu que o documento

Trata-se da minuta sigilosa “Cenários de Defesa 2040”. Ela ajuda a embasar a revisão em curso da Estratégia Nacional de Defesa, a ser enviada ao Congresso até junho.

**Suas visões poderão ou não ser acatadas pela pasta, mas traduzem um sentimento médio entre o oficialato** —as reuniões ocorreram em comandos militares, organizadas pela Escola Superior de Guerra.

A pasta diz que falou com pessoas do “âmbito interno e externo”. Segundo envolvidos no processo, militares são a maioria absoluta dos ouvidos.

O texto de 45 páginas traz considerações geopolíticas realistas e hipóteses algo delirantes. Ali, há a previsão da instalação de bases americanas no Brasil,

---

<sup>8</sup> Ver os trabalhos publicados: 1) O Brasil como aliado prioritário dos EUA extra-OTAN: uma análise das perspectivas para a Base Industrial de Defesa. Maj. Nascimento, Alessandro Dorta Monteiro do. ECEME. Monografia. 2020. Disponível em <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/8755> ; 2) Os potenciais impactos da designação de Aliado Prioritário Extra-OTAN (major Non-NATO Ally-MNNA) para as Operações de Paz do Brasil no Entorno Estratégico brasileiro: uma investigação à luz do caso argentino. TC Cav Gustavo Daniel Coutinho Nascimento. ECEME. Mestrado em andamento. 2020. Disponível em <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/9435/1/MO%206389%20-%20COUTINHO%20NASCIMENTO.pdf> ; e 3) Planejamento Baseado em Capacidades e Transformação da Defesa: desafios e oportunidades do Exército Brasileiro. Fernanda das Graças Corrêa. CEEEx. ISSN 2525 7099. Artigos Estratégicos. Vol. 8. Jan/Jun. 2020. Disponível em <http://ebrevistas.eb.mil.br/CEEEExArE/article/view/4843/4128>

<sup>9</sup> Trabalho acadêmico da ESG retrata somente cenários prospectivos e não posicionamento do MD”. Publicado Pela Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Defesa em 07/02/2020 e atualizado em 09/09/2020. Disponível em <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-deconteudo/noticias/ultimas-noticias/nota-a-imprensa-16>.

guerras e até o ataque com um coronavírus contra o Rock in Rio de 2039 (GIELOW, 2020). [grifo do autor]

No documento “Cenários de Defesa – 2040”, verdadeiras distopias, absolutamente ideologizadas, foram tomadas como argumento científico por pesquisadores nas academias do Exército Brasileiro e colaboraram, sem dúvida, para a formação de diversos oficiais que estarão, num futuro breve, no Alto Comando das FFAA.

Quatro cenários são apresentados no documento Cenário de Defesa - 2040, a saber:

- 1) Alinhamento com os EUA, com recursos orçamentários;
- 2) Alinhamento com os EUA, sem recursos orçamentários;
- 3) Relacionamento global, com recursos orçamentários; e
- 4) Relacionamento global, sem recursos orçamentários.

Nesse sentido, conforme o sentimento *médio entre o oficialato*, o cenário 1, de alinhamento com os EUA e com recursos orçamentários para a Defesa, seria o mais promissor, a tal ponto de se dizer que “o Brasil recebeu substancial ajuda norte-americana, traduzida no aumento de tecnologia incorporada ao sistema de armas, formação de recursos humanos, aprimoramento logístico, e aquisição e revitalização de equipamentos” (GIELOW, 2020).

Por sua vez, o cenário 4, de não alinhamento aos EUA e com restrições orçamentárias para a Defesa, também conforme o *sentimento médio entre o oficialato*, produziria, dentre outras, a seguinte situação: “elevado número de idosos e a crise ética que perdura há décadas levaram ao esfacelamento do núcleo familiar que amparassem em seu seio aqueles de idade mais avançada, mostrando uma sociedade descrente de um futuro promissor” (GIELOW, 2020).

### **Considerações Finais**

Algumas inferências são permitidas neste momento. As razões que movem o governo Bolsonaro e o partido militar na direção dessa política de defesa têm bases ideológicas, econômicas e corporativas. Isso não é diferente em governos dos mais diversos países.

Entretanto, a política de defesa brasileira atual, os documentos como “Cenários de Defesa – 2040”, os trabalhos de conclusão de curso dos oficiais na ECEME, as justificativas do relator do projeto para instituição do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), dentre outros, demonstram que

A ideologia tem precisamente como função, ao contrário da ciência, ocultar as contradições reais, *reconstituir*, num plano imaginário, um discurso relativamente coerente que sirva de horizonte ao “vivido” dos agentes, moldando suas representações sobre as relações reais e inserindo-as na unidade das relações de uma formação (POULANTZAS, 2019, p. 211).

As análises que permitiram a produção de todos esses documentos, condutores da política nacional de defesa, não consideram a contradição presente em qualquer processo, de modo que, conforme seus autores, o franco alinhamento com os EUA e com a OTAN, por si, resolveria boa parte dos problemas de defesa brasileiros.

Os defensores da política nacional de defesa de Bolsonaro e do partido militar não consideram, ou não revelam o fato de que, por exemplo,

com os sistemas de armas também se compra a organização militar adequada a esse sistema, uma doutrina militar, uma doutrina de emprego imposta pelo sistema, treinamento e também o inimigo. Quem define contra quem se pode empregar esses sistemas de armas é o vendedor, logo, é ele quem define o inimigo (SAINT-PIERRE, 2021, p. 263).

Assim, “a definição do inimigo não significa apenas a indicação daquele contra quem apontarei meu armamento, mas também aquele de quem não poderei comprar, ainda que tenha preços competitivos, assim como a quem não poderei vender minha soja” (SAINT-PIERRE, 2021, p. 264).

O atual conflito Rússia/Ucrânia, que tem como centralidade a expansão da OTAN no leste da Europa, confirma as falas do professor Héctor Saint-Pierre.

Obviamente, não foram apenas questões ideológicas que mobilizaram o partido militar e o próprio governo Bolsonaro. É importante perceber que o partido militar e o governo Bolsonaro compõem com outras forças um “bloco

no poder”<sup>10</sup> (POULANTZAS, 2019). “As razões de aparecimento do bloco no poder podem ser rastreadas na estrutura do Estado capitalista, que apresenta a particularidade de ter como efeito uma coexistência de dominação política de várias classes e frações de classe” (POULANTZAS, 2019, p. 236).

O golpe de 2016, apoiado pelo partido militar, teve como um dos seus aliados importantes a “burguesia associada cuja hegemonia foi gradativamente substituída pela hegemonia da grande burguesia interna” (BOITO, 2020, p. 20) durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Essa burguesia associada se caracteriza por sua relação prioritária com o capital estrangeiro e, historicamente, se organizou contrariamente ao que se convencionou chamar de desenvolvimentismo<sup>11</sup>.

Esse *bloco no poder* reforça a ideia de Friederich Engels que, em carta a Karl Marx, em 1866, escreveu: *o bonapartismo é a verdadeira religião da burguesia moderna. Vejo cada vez melhor que a burguesia não é feita para reinar diretamente; por conseguinte, uma semiditadura bonapartista torna-se a forma normal.*

Complementarmente, Poulantzas apresenta-nos

as razões dessa dificuldade da burguesia para realizar sua hegemonia a respeito das classes dominadas: o fracionamento interno da classe burguesa; a permanência, nas formações capitalistas, das classes da pequena produção e seu complexo no nível político; a ascensão e a luta política organizada da classe operária; as instituições do Estado capitalista, dentre as quais o sufrágio universal, que lançam na cena política todas as classes ou frações da sociedade etc.” (POULANTZAS, 2019, p. 212).

Assim, o governo Bolsonaro e o partido militar estão absolutamente articulados com a burguesia associada, a exemplo da política nacional de defesa atual.

---

<sup>10</sup> “Não se trata [...] de forças sociais partilhando entre si o poder institucionalizado; trata-se, sim, de várias classes e frações presentes no terreno da dominação política, que não podem, no entanto, assegurar essa dominação senão na medida em que estão politicamente unificadas” (POULANTZAS, 2019, p. 309).

<sup>11</sup> Para um estudo sobre desenvolvimentismo, ver artigo de Leda Paulani: A experiência brasileira entre 2003 e 2014: Neodesenvolvimentismo? Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 12, n. 20, pp. 135-155, jan.-jun. 2017. Disponível em <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/issue/view/3>

Daí, a “necessária” ideologização (ou fetichização) dos trabalhos acadêmicos feitos nas escolas do Exército e dos documentos estatais que orientam a política de defesa de Bolsonaro e do partido militar: não considerarem as contradições dos processos, tampouco os interesses de classe, posto que

Os militares modernos, formados por estrangeiros interessados em vender armas após a Primeira Guerra Mundial, buscaram transformar um país “arcaico” num país digno de suas corporações. São narcisos fardados diante de um espelho cúmplice, que esconde seus rabos presos aos fabricantes de artefatos letais. Viveram permanentemente um dilema originário, exercendo papéis incompatíveis: o de atuar como mantenedores do ordenamento sociopolítico e o de proteger o país do estrangeiro cobiçoso. As corporações modernizadas, dependentes da importação de armas e equipamentos fabricados por potências industriais, firmaram índole neocolonial. Para encobri-la, buscaram monopolizar o sentimento patriótico, o mais poderoso legitimador da força no Estado moderno (NETO, 2021, p. 18).

O ano eleitoral brasileiro de 2022 será fundamental, inclusive para a América Latina, devido sua importância geopolítica para o continente e para o mundo. Serão definidos seus rumos no que diz respeito à política nacional de defesa, sob o risco de se mergulhar definitivamente numa opção ideologizada, corporativista/militar de *índole neocolonial* e mantenedora dos interesses do capital estrangeiro, em detrimento da verdadeira defesa da pátria e dos interesses populares. Conseqüentemente, a unidade e a independência latino-americana dependem, em boa parte, de uma política brasileira de defesa verdadeiramente soberana e nacional.

## Referências

BOITO, A. Neofascismo e neoliberalismo no Brasil do Governo Bolsonaro. **Observatorio Latinoamericano y Caribeño**, v. 4, p. 8-30, julho/dezembro 2020. ISSN 2.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Complementar 136 - Altera a Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999, que “dispõe sobre as normas**

**gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribui,** Brasília, 25 agosto 2010.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Livro Branco de Defesa Nacional vai aumentar segurança do País, diz general**, 2012. Disponível em: . Acesso em: 28 fevereiro 2022.

BRASIL. **Ministério da Defesa Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: [s.n.], 2012.

BRASIL. Senado Federal. **Resolução Nº 42**, Brasília, 01 novembro 2016.

BRASIL. **Ministério da Defesa - Cenários de Defesa 2020 – 2039**. Brasília: A Assessoria, 2017.

BRASIL. Agência Brasil. **Estados Unidos designam Brasil como aliado extra-Otan**, Brasília, p. Dis, 1 agosto 2019. Disponível em: . Acesso em: 04 Janeiro 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PROJETO DE Resolução 49A - Institui o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Organização do Tratado**, Brasília, 4 junho 2019.

BRASIL. Decreto Nº 10.220. **Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Salvaguardas Tecnológicas Relacionadas à Participação dos Estados Unidos da América em Lançamentos a partir do Centro Espacial de Alcântara**, Brasília, 05 fevereiro 2020.

BRASIL. Instituição Fiscal Independente. **Nota Técnica Nº 45**, Brasília, 3 setembro 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**, Brasília, 22 julho 2020.

BRASIL. **Ministério da Defesa - Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: [s.n.], 2020.

CHIRIO, M. Da linha dura ao marxismo cultural. O olhar imutável de um grupo de extrema direita da reserva sobre a vida política brasileira (Jornal Inconfidência, 1998-2014). In: FILHO, J. R. M. **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021. p. 270.

GIELOW, I. Defesanet. **Minuta secreta vê guerra pela Amazônia, base americana, ação chinesa e até terror no Rock in Rio**, 2020. Disponível em: . Acesso em: 05 janeiro 2022.

GODOY, M. Soldados influenciadores: os guerreiros digitais do bolsonarismo e os tuítes de Villas Bôas. In: FILHO, J. R. M. **Os militares e a crise brasileira**. [S.l.]: [s.n.], 2021. p. 270.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MANHÃES, F. F. Os reflexos da designação do Brasil como aliado prioritário extra-OTAN nas capacidades de defesa do país, em especial no tocante ao Exército Brasileiro. **Trabalho de conclusão de curso ECEME**, Rio de Janeiro, 2020.

MIRANDA, D. D. **A construção da identidade do oficial do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2018.

NASCIMENTO, A. D. M. D. O Brasil como aliado prioritário dos EUA extraOTAN: uma análise das perspectivas para a Base Industrial de Defesa. **Trabalho de conclusão de curso ECEME**, Rio de Janeiro, 2020. 48.

NASCIMENTO, G. D. C. Os potenciais impactos da designação de Aliado Prioritário Extra-OTAN (major Non-NATO Ally-MNNA) para as Operações de Paz do Brasil no Entorno Estratégico brasileiro: uma investigação à luz do caso argentino. **Projeto de Pesquisa apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), como requisito parcial para qualificação ao título de Mestre (Acadêmico) em Ciências Militares.**, Rio de Janeiro, 2021.

NETO, M. D. Fileiras desconhecidas. In: FILHO, J. R. M. **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021. p. 17-30.

NETO, O. H. O Brasil como aliado prioritário extra-OTAN: oportunidades para a Base Industrial de Defesa? **Trabalho de conclusão de curso ECEME**, Rio de Janeiro, 2020. 43.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION. NATO. **Information on defence expenditures**, 2021. Disponível em: [NATO - Topic: Information on defence expenditures](#) Acesso em: 04 janeiro 2022.

OLIVEIRA, R. C. D. Hereditariedade e família militar. In: FILHO, J. R. M. **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021. p. 270.

OTAN. North Atlantic Treaty Organization. **NATO**, 1949. Disponível em: . Acesso em: 05 janeiro 2022.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.  
POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. Campinas: Editora Unicamp, 2019.

SAINT-PIERRE, H. Entrevista de Héctor Saint-Pierr a Ana Penido. In: FILHO, J. R. M. **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021. p. 259-266.

SOUZA, M. P. J. D. A palavra convence e o exemplo arrasta. In: FILHO, J. R. M. **Os militares e a crise brasileira**. 1ª. ed. São Paulo: Alameda, 2021. p. 270.

UNASUL. **Normativa União das Nações Sul-Americanas - CDS - SEED - ESUD**. Brasília: [s.n.], 2008.